

SOCIABILIDADES TRANS NO CEARÁ

Syssa Adley Monteiro, Danyelle Nilin Goncalves

Segundo a Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil, estima-se que 82% das pessoas trans no Brasil não concluíram o ensino básico, por conta da transfobia sofrida na escola que resulta na evasão. Por causa disso, a lei número 16.946 estadual cearense de 2019 surgiu como uma medida que se propõe a combater a transfobia e a evasão de pessoas trans no ambiente educacional. Diante disso, essa pesquisa tem como objetivo geral captar as narrativas das sociabilidades de gestores, docentes, discentes, profissionais e artistas trans, vinculados a alguma instituição do Ceará. Para tanto, a metodologia utilizada é a entrevista compreensiva, que serve de guia para a pesquisa de campo e é uma metodologia qualitativa na pesquisa sociológica (KAUFMANN, 2013; LALANDA, 1998). Os entrevistados recebem informações sobre o tema e o baixo risco da pesquisa, por meio do termo de consentimento livre e esclarecido, e as entrevistas ocorrem conforme os parâmetros e itens que regem a resolução número 466/12 responsável por normatizar a pesquisa com seres humanos. Além disso, as produções de Berenice Bento (2011), Guacira Louro (2000), Judith Butler (2018) e Luma Andrade (2012), são utilizadas como referencial teórico para subsidiar a transcrição das entrevistas. Como resultados parciais foram identificados: (i) docentes, gestores, discentes, profissionais e artistas trans; (ii) discentes trans em diversas instituições educacionais desde a educação básica à superior e pós graduação; (iii) o uso do nome social em algumas instituições de ensino; (iv) percurso histórico de 2008 a 2021 das conquistas, direitos e avanços das políticas públicas voltadas para pessoas trans; (v) instituições, ONGs, associações, cursinhos populares e abrigos, no Estado do Ceará.

Palavras-chave: SOCIABILIDADES. TRANSFOBIA. NOME SOCIAL. TRANS.